

Por que ficamos diferentes?
O ensino do Brasil Colonial nos livros didáticos

ALAN RICARDO DUARTE PEREIRA*

Resumo: O Brasil Colonial, assim consagrado como período que envolve o início da expansão portuguesa em 1500 até a chegada da Família Real em 1808, é, por essência, um momento de grandes discussões e suscita, contemporaneamente, o entendimento dos problemas estruturais, como também, das raízes culturais e econômicas do Brasil. A conquista ultramarina (pioneiramente com Portugal e outros países da Europa) abriu um campo de investigação profunda que resultou, no processo de colonização, da união paradoxal de elementos do Velho Mundo, tipicamente europeu, e o Novo Mundo. Dentro desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo fulcral analisar – especialmente, nos livros didáticos – o período colonial na História do Brasil e, por conseguinte, elencar os principais conceitos, categorias, fontes e debates historiográficos que atravessam/influenciam, diretamente, a retratação dessa época no ensino de História.

Palavras-chave: Expansão ultramarina; Brasil Colonial; Livros didáticos.

Abstract: Colonial Brazil, a period that comprises the beginning of Portuguese expansion in 1500 until the arrival of the Royal Family in 1808, is, at its essence, focus of great discussions and it explains, to some extent, the problems and challenges faced by present-day Brazil. The overseas conquest, pioneered by Portugal (and other European countries), created a deep field of research that, in the social and economic sphere, was a result of the paradoxal union of elements the Old World, typically European, and the New World. Within this context, this paper has as objective to analyse – specially in school textbooks – the colonial period in the History of Brazil and, thus, to list the main concepts, categories, sources and historiographical debates that influence, directly, the portrayal of this period in the teaching of History.

Key-words: Overseas Expansion; Colonial Brazil; School textbooks.



* **ALAN RICARDO DUARTE PEREIRA** é Mestrando em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG).



Introdução

A *priori*, a pergunta de três historiadores são basilares: primeiramente, Michel Certeau, *o que fabrica o historiador quando faz história?* Em segundo, de Jean Chesneaux, *devemos fazer tábua rasa do passado?* Por sua vez, Remo Bodei, *a história tem um sentido?* Tratando da História do Brasil Colonial

pode-se, por conseguinte, inverte a perguntas e dizer: *o que fabricou/fabrica o historiador quando fez/faz a história do Brasil Colonial?* Ao estudar a estrutura do sistema colonial e a administração na América portuguesa, devemos, portanto, *fazer tábua rasa da História do Brasil Colonial?* Afinal, *a História do Brasil Colonial tem, na*

verdade, um sentido? Sem dúvidas, esses questionamentos, embora sucintos, ajudam-nos a entender o papel do conhecimento histórico no Brasil, pois, como demonstrou Marrou (1975), no mundo transformado como o nosso é mister, em qualquer tentativa de compreender o passado, problematizar, por sua vez, não somente o saneamento da ciência histórica e os procedimentos de inteligibilidade utilizados na compreensão do passado, mas, sobretudo, o lugar que a história ocupa, atualmente, na sociedade que o historiador – assim como os demais estudiosos das ciências humanas – vêm-se indagados da plausibilidade de seu conhecimento. Será, então, que a História do Brasil Colonial – parafraseando Marrou (1975), mas numa perspectiva totalmente diferente – não passa (e limita-se) a um jogo de máscaras no armazém dos acessórios dos comediantes de uma propaganda?

Assim, levando em consideração os avanços e desdobramentos do conhecimento histórico nas últimas décadas, é necessário, igualmente, identificar quais as influências e redimensionamento sofreram na (e da) História do Brasil Colonial, especialmente, no período que cria, não somente uma sociedade de *Anciën Régime*, mas, correlativamente, é invocada para explicar, no tempo presente, os problemas e estruturas (arcaicas e/ou não) do Brasil. De modo geral, considera-se que o conhecimento histórico “(...) não se alimenta apenas com a rotina da pesquisa, dos processos de trabalhos racionais (...) mas dos novos questionamentos ao passado, originados das incomodas experiências do presente (...). (DIEHL, 2002, p.41)”.

O Brasil Colonial nos livros didáticos: história e ensino

Em certo sentido, antes de analisar o Brasil Colonial nos livros didáticos e, mais adiante, na abordagem historiográfica, é preciso, antecipadamente, elencar as implicações em torno do conceito de *colônia*. Para isso, o trabalho – muito incipiente, infelizmente – produzido em meados de 1996 pela historiadora Loraine Slomp Giron e Heloisa Eberle Bergamasch intitulado *Colônia: um conceito controverso* sumariza, em poucas linhas e muito brevemente, a trajetória desse conceito no Brasil Colonial e, por conseguinte, na criação de colônias feita pelos (e para os) imigrantes no período Imperial ao longo de todo século XIX (especificamente de 1756 a 1895). O objetivo do trabalho, nesse sentido, é analisar o conceito de colônia na História do Brasil, mas, acima de tudo, verificar como o conceito e o processo de imigração andaram, no século XIX e XX, diuturnamente unidos. Assim, o postulado do trabalho desses historiadores são,

(...) que colônia não seria mais um espaço geográfico e nem apenas parte do processo de imigração, mas a colônia representaria um instrumento de controle do Estado sobre os estrangeiros que se localizavam no Brasil, bem como uma espécie de estado dentro do Estado no qual os colonos, cidadãos de segunda categoria, passariam por um período de adaptação à nova pátria. (GIRO & BERGAMASCH, 1996, p.07).

Segunda as autoras, o conceito de colônia – conforme o próprio título da obra evoca – é, sem dúvida, polissêmico e, no decorrer do tempo, foi permeado por mudanças que, na verdade, correspondem às transformações de cunho social e econômicas.

Em termos gerais, o conceito de colônia é dividido, embora passível de questionamento e flexibilização, em quatro momentos da história brasileira: primeiramente, de 1530 até 1822; num segundo momento, de 1822 a 1850; depois de 1850 até 1889 e, por último de 1889 a 1914. Para nosso estudo o período de 1530 até 1822 (mais especificamente, até a chegada da família da Real em 1808) é, além de importante, o ponto privilegiado de nossa análise. Para as autoras, o conceito de colônia pode ser pensado, em suma, através da contribuição de alguns historiadores que, ao analisarem esse período em suas investigações, elaboraram, com efeito, um aporte teórico-metodológico capaz de fornecer inteligibilidade ao processo de colonização e toda a engrenagem organizada por Portugal. Assim, os fundamentos dessas abordagens situam-se, portanto, em três autores: Fernando Novais com a obra *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, Alfredo Bose em *Dialética da colonização* e, por fim, a análise sistêmica do autor marxista Caio Padro Júnior nomeadamente em *Formação do Brasil Contemporâneo*.

Assim, antes de 1822, segundo essa concepção historiográfica, o termo Colônia refere-se, exclusivamente, ao Brasil e a relação estabelecida com a Metrópole (Portugal). O historiador Novais (1979) tentou averiguar, com base em ampla documentação, a dinâmica do Brasil nos quadros do sistema colonial. Sua abordagem infere que o enquadramento do Brasil ao estatuto de colônia era, de fato, resultado da expansão européia que, a partir da iniciativa de colonização e povoamento das possessões de alémar, resultaram, por fim, em uma economia de *caráter complementar*.

Nesse sentido, a colônia é, então, submetida a Coroa portuguesa (de caráter centralizador) que cria órgãos de exploração. A produção agrícola e a escravidão tornaram-se imprescindíveis para manter o funcionamento da colônia. A partir disso, o chamado sistema colonial tem como base a submissão, por completo, da colônia aos interesses (meramente econômicos) da metrópole. O Império português, nesse sentido, é o centro administrativo responsável, não somente por manter a colônia, mas, sobretudo, a razão para a existência da colônia. A função da colônia é, simplesmente, de uma economia complementar, por isso, sujeita ao poder centralizador de sua metrópole. Tanto Novais como Alfredo Bosi são unânimes em afirmar, ademais, que a colônia é “(...) parte de um binômio, não podendo existir sem a Metrópole. (GIRO & BERGAMASCH, 1996, p.15). Percebe-se, nesse contexto, que entre a Metrópole e a Colônia estabeleceram, em comum acordo, o *pacto colonial*, ou seja, o mecanismo usado pela Coroa portuguesa com o fulcro de favorecê-la economicamente e, por conseqüência, deixar a Colônia dependente. Assim, a relação entre os dois mundos configura-se em dois planos: um centro que decide (metrópole) e, por outro lado, o outro que obedece (colônia).

Para Bosi (1993), o conceito de colônia refere-se, etimologicamente, a idéia que “Colo significou na língua de Roma, eu moro, eu ocupo a terra e, por extensão, eu trabalho, eu cultivo o campo (...). Colo é matriz de colônia enquanto espaço que está ocupando, terra ou povo que se pode trabalhar e sujeita. (BOSI, 1993, p.26)”. Acrescenta que o conceito de “colo”, segundo Bosi (1993), está ligado à noção de cultura e pressupõe, em certo sentido, o cultivo da terra e, respectivamente, o estabelecimento em

um lugar com o tempo. A figura do colonizador é, nesse contexto, do indivíduo que cultiva a terra e escraviza o nativo (destruindo, inevitavelmente, sua cultura). No Império português, o colonizador assumiu, ao lado de outras instâncias da Coroa (por exemplo, a Igreja), o papel na ordem absolutista de cumprir ordens da metrópole e habitá-la. Mais ainda, de organizar a exploração econômica e tornar-se, com o tempo, o indivíduo responsável por controlar a Colônia em consonância com as diretrizes da metrópole. É, em outras palavras, o mediador entre a Metrópole e a Colônia no processo de expansão terrestre e criação de novos órgãos. Considera-se, nessa linha de pensamento, que

Colônia, no caso do Brasil antes de 1822, pressupõe sua submissão à Metrópole. A Metrópole define a política administrativa e fiscal, o monopólio econômico. A Colônia devia ser dotada de uma máquina administrativa e fiscal que garantia a dominação da Metrópole sobre a produção e o território. A Colônia, sendo parte de um Império Colonial centralizado, constitui-se em ponto estratégico do equilíbrio mundial. Para garantir a soberania da Metrópole (já que a Colônia é parte da mesma), os seus habitantes deveriam ser súditos do Império Português. A Colônia será diferente da Metrópole, contra a qual não poderá concorrer economicamente. Por esse motivo, deverá adotar cultivos exóticos, não existentes em Portugal. O modo de produção será diferente do de Portugal. Será adotado a escravidão. Para garantir escravos (que não deverão ser não-brancos), são submetidos os indígenas e introduzidos africanos, como imigrantes forçados. O modo de produção diverso da Metrópole introduz um elemento novo nas relações sociais da Colônia. O

escravo considerado como peça, portanto coisa, passo a fazer parte da sociedade de castas que foi instituída no Brasil (...).(GIRO & BERGAMASCH, 1996, p.17-18).

Ao lado dessa abordagem, o historiador marxista Caio Padro Júnior (1977), embora não prioriza a conceituação da palavra colônia, assinala, em sua obra, que a colonização é, antes, parte inerente do processo de imigração, ou seja, que a colonização, além de constituir um processo basilar no povoamento do Brasil foi, simultaneamente, ativo durante o Império. Além disso, Júnior (1977) tenta compreender o processo de colonização a partir do seguinte questionamento: *qual o sentido da colonização?* De acordo com seus pressupostos, o principal sentido da colonização foi/é meramente comercial¹, ou seja,

A colonização do Brasil tomou o aspecto de uma vasta empresa comercial, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É esse o sentido verdadeiro da colonização, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no plano econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos. Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão e, sem seguida, café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele

¹ Há, por exemplo, outros autores que analisam o sentido da colonização pelo viés escravista. Ver: SCHWARTZ, 1995.

comércio, que se organizaram a sociedade e a economia brasileira. O sentido da evolução brasileira ainda se afirma por aquele inicial da colonização. (JÚNIOR, 1942, p. 31-32)

Para tanto, a colonização no Brasil resultou, indubitavelmente, de motivações econômicas com o objetivo de atender, na época, os desejos mercantis de Portugal. Nota-se, nos estudos que ajudaram a formular o conceito de colônia (presente nos três autores em apreço, Novais (1979), Bosi (1993) e Júnior (1977), que os valores e práticas da Coroa portuguesa baseavam-se, em certo sentido, no chamado *paradigma jurisdicionalista* dos séculos XVI e XVIII, em que a concepção corporativa da sociedade era, com efeito, o centro (re) configurador das relações estabelecidas entre o próprio centro (coroa) e seus domínios (possessões ultramarinas). Desse modo, o poder régio – e, por extensão, os agentes colonizadores responsáveis por perpetuar, na íntegra, o poder da Coroa – representava, em todos os sentidos, o símbolo unificador do corpo social e político da sociedade, o que, por sua vez, pressupunha garantir a harmonia e o equilíbrio².

²O autor português, Hespanha (1994) sintetizar essa concepção em suas obras, especialmente, *As vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal. Século XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994. Após a proclamação da Independência em 1822, o Brasil deixou de ser classificado como Colônia, uma vez que, o clássico binômio entre a Metrópole é, então, cortado. A Constituição de 1824 defende, em síntese, a atividade de um Estado centralizado com tendência a um executivo forte e monolítico. A partir de então – especialmente no Título II da Constituição nos artigos 1º até o 5º – considera-se brasileiros indivíduos nascido no Brasil e os estrangeiros que, futuramente ou que já estavam enraizados, no território. A nova geopolítica estabelecida no Brasil reconhecia, ademais, o direito a cidadania, mas excluindo (e,

A partir das implicações e modificações do conceito de colônia ao longo da história brasileira, é factível, por sua vez, indagar como os livros didáticos de história têm retratado esse período que carrega, sem dúvida, um campo de possibilidades para estudos e trata, muito diretamente, do início da formação do Brasil. Para isso, utilizar-se-á, como procedimento de análise, dois livros que abordam o período colonial. A escolha dos livros não é aleatória, mas corresponde, para nosso estudo, de uma tentativa de investigar como o conceito de colônia – e o respectivo processo de colonização – é apresentado em diferentes momentos.

O conteúdo de História do Brasil é, quase sempre, introduzido aos estudantes envolvendo os processos da modernidade, entre os quais, o Renascimento, Reforma e Contra-Reforma e, sobretudo, a Expansão Européia e a Conquista da América. Assim, é o primeiro contato que o aluno

para o caso dos estrangeiros, garantia direitos econômicos, mas coibindo direitos políticos) os escravos e mulheres. Nesse período, e de acordo com a Constituição, cabia ao Imperador, não somente o direito de conceder a cidadania, mas, principalmente, a criação de colônias oficiais – o que, de fato, ocorreu a partir de 1822. Com a emancipação política, o termo colônia não significa, como antes, o sinônimo de relação de dependência. Na verdade, a palavra Colônia pressupõe, após 1822, a figura de um novo fenômeno: o despovoamento de terras e a necessidade de trazer, com rapidez, os imigrantes para a produção agrícola – observa-se que a região responsável por agregar boa parte dos imigrantes foi, sem dúvida, do Rio Grande do Sul tendo em vista, nesse contexto, os confrontos litigiosos na Prata. Ou seja, “As levas de imigrantes alemães representavam não só a possibilidade de mão-de-obra livre, mas a formação de milícias para a defesa das colônias e possível recrutadas para o (...) exército (...). (GIRO & BERGAMASCH, 1996, p.20)”. A figura do colono muda-se, representando, nesse momento, homens livres e proprietários de terras.

tem, por sinal, com História do Brasil que, ao deparar com as transformações da sociedade Ocidental, encontra, nesse processo, o início – do ponto de vista eurocêntrico – da história de seu país. Portanto, o período colonial assume, exatamente nesse momento, um papel fundamental, pois, além de permitir ao estudante o contato de uma história de cunho nacional, é, igualmente, a fase que a construção de conceitos – como o de colônia – inicia-se.

No livro didático de 2002, o historiador Gilberto Cotrim assevera que seu livro,

(...) apresenta uma visão global, clara e concisa, dos principais tópicos que marcaram a história ocidental, desde a Pré-História até os nossos dias, incluindo a História do Brasil (...). Com um enfoque abrangente dos fatos econômicos, sociais e políticos e com atenção aos novos setores dos estudos históricos: o cotidiano, a vida privada, a situação da mulher, a visão dos vencidos. (COTRIM, 2002, p. 05).

No contexto do sistema colonial, segundo a abordagem de Cotrim (2002), é inerente a política economia do Estado moderno, qual seja: *o mercantilismo*. A idéia central desse sistema consistiu, portanto, em fortalecer o Estado e a burguesia no limiar da transição do feudalismo para o capitalismo, ou, mais precisamente, da acumulação primitiva de capital. A principal idéia que caracterizou o mercantilismo foi, ao lado do protecionismo, a balança do comércio favorável e o intervencionismo estatal e o chamado metalismo. Essa prática, ao contrário da fisiocracia, mensurava a riqueza de um Estado com base na quantidade de metais preciosos – seja ouro e/ou prata – e, para as nações européias constituiu, em meados do século XV e XVIII, um dos objetivos principais.

Observa-se, então, que para buscar o enriquecimento através de metais preciosos a solução foi, resumidamente, a exploração de outras áreas criando, para isso, objetivos e metas. No *sistema colonial mercantilista*, segundo o autor, quatro conceitos emergem como fundamentais: primeiro, *a metrópole* que remete, diretamente, o país dominador; *a colônia*, região dominada pela metrópole; o *pacto colonial* que simboliza, em tese, o domínio político-econômico; e, por fim, a chamada *regra básica do pacto colonial* que se fundamenta, ademais, na concepção que a colônia deveria limitar-se a produzir aquilo que a metrópole, afinal, não tinha condições de produzir. Mais ainda, que a colônia não podia, em qualquer hipótese, concorrer com a metrópole. Para tanto, na prática, o sistema colonial funcionou sob a égide de duas características: a *produção complementar*, pois “(...) a colônia deveria complementar a produção ou satisfazer os interesses da metrópole (...) o sistema colonial (...) transformava a colônia num território exclusivo da metrópole, destinado à exploração. (COTRIM, 2002, p.167)”. E, desse modo, estabelecer em segundo plano, o chamado *monopólio comercial* priorizando, portanto, o direito inequívoco da metrópole de realizar comércio com a colônia. Ou seja, comprar produtos de baixo preço e vender mercadorias de alto preço. Nesse ínterim, outra característica das regiões colonizadas foi, por conseguinte, o estabelecimento da *colônia de exploração* que enquadrou, muito perfeitamente, nos principais objetivos do mercantilismo e, por último, a *colônia de povoamento* que não oferecia, segundo o modelo mercantilista, de atrativos econômicos.

É, precisamente, nessa introdução de quadros conceituais que o Brasil é

analisado. A descoberta do caminho para as índias suscitou, em Portugal, a comercialização das especiarias e, mesmo com a conquista do Brasil, não chamou a atenção da Coroa portuguesa. Nesse sentido, Portugal percebeu que o Brasil não ofereceria, logo de início, os lucros pretendidos para suprimir as despesas da colonização. De fato, a colonização efetiva do Brasil começaria após 1530, quando, finalmente, o governo português decidiu garantir a posse das terras e acabar com as invasões – especialmente, dos holandeses, ingleses e franceses. Nesse contexto, qual seria, na abordagem do livro didático, o sentido da colonização no Brasil? Cotrim (2002) aponta, categoricamente, que

A partir da instalação dos primeiros engenhos de açúcar e núcleos de povoamento, a coroa portuguesa foi estruturando o funcionamento do sistema colonial mercantilista, baseado sobretudo no monopólio comercial. O monopólio comercial (ou exclusivo metropolitano) fazia da colônia um mercado exclusivo para a burguesia da metrópole. Ou seja, o Brasil só podia vender seus produtos europeus que fossem vendidos pelos portugueses. A burguesia portuguesa comprava com exclusividade os produtos do Brasil, pagando o menor preço possível, e os revendia no mercado europeu aos mais altos preços. Além disso, os produtos europeus eram vendidos para o Brasil a preços elevadíssimos (produtos que tinham sido comprados na Europa por preço normal de mercado). O sistema colonial era organizado para se obter a máxima exploração da colônia. Assim, no Brasil, colônia localizada em região de clima quente, a produção voltava-se exclusivamente para gêneros tropicais requisitados pelas economias dos países europeus. O

setor agrário-exportador era, portanto, o setor econômico dominante na colônia, tendo como base a grande propriedade rural (enormes fazendas), a mão de obra escrava e a produção em larga escala de um gênero tropical específico. (COTRIM, 2002, p. 173).

O segundo livro didático escolhido é de 2005, do autor Mario Furley Schmidt, que introduz o conteúdo História do Brasil Colônia entre a construção do Estado moderno e a Expansão Marítima. No capítulo voltado para o estudo do mercantilismo, Schmidt (2005) afirma que tal prática, além de predominar em todo o Ocidente Europeu, não se tratou de uma doutrina fechada, com regras rigorosas, mas que, de acordo com cada Estado absolutista, adequou-se de maneira específica. Segundo o autor, no período moderno têm-se dois aspectos: primeiramente, a força política do Estado (através do absolutismo) e, por outro lado, o caráter econômico fortalecido pelo mercantilismo.

O autor, com o fito de explicar a razão da intervenção do Estado na economia, sublinha, ademais, que era a maneira correta de proteger a economia do reino. A ideal central, desse modo, do metalismo (ou bulionista) consistia em aglutinar riquezas, pois, “Para os reis e ministros da época, o Estado seria forte quando acumulasse muitos metais poderosos. (SCHMIDT, 2005, p. 115)”. Além disso, o autor leva-nos a refletir a maneira (ou, mais exatamente, o lugar) de conseguir metais preciosos, uma vez que, nos países europeus era quase inexistente, e o meio profícuo de adquirir moedas de ouro e prata era, portanto, através do comércio – que, por sinal, baseava na troca de moedas preciosas. Por conseqüência, o país que vendessem (exportasse) mais do que comprasse (importasse) teria, no final,

uma balança comercial favorável. Qual a relação das práticas e valores mercantilistas com a História do Brasil Colonial? O autor assinala, nesse contexto, que

Quando, a partir do século XV, os europeus começaram as grandes navegações, contornando a África e chegando ao Oriente, buscavam produtos que poderiam ser vendidos na Europa, gerando grandes lucros. A colonização da América também estava ligada a este objetivo mercantilista de exportar o máximo possível: a colônia deveria fornecer à metrópole (isto é, ao país europeu colonizador) produtos que seriam vendidos para outras nações. Para negociar com a colônia, os mercadores e uniam e formavam as companhias de comércio, que pagavam ao rei o direito ao monopólio de comércio colonial. (Schmidt, 2005, p. 116-117)

Nesse corolário dessa visão, o autor destaca que o mercantilismo não foi, em tese, uma forma de capitalismo, mas, na verdade, uma preparação – ou, mais simplesmente, pertencia a fase chamada de acumulação primitiva de capital, em que a burguesia, gradativamente, ampliava seu patrimônio. O mercantilismo, na concepção do autor, estava ligado à mentalidade feudal, pois, seu objetivo não era, afinal, desenvolver o capitalismo, mas reforçar o Estado absolutista e as riquezas metálicas.

No capítulo intitulado *Colonizar o Brasil*, o autor volta sua atenção para as expedições exploradoras e a estrutura criada pela Coroa portuguesa com o objetivo de colonizar e, igualmente, povoar o território brasileiro. No entanto, sua abordagem inclina-se para outro elemento: *o etnocentrismo*. As relações entre os portugueses e os índios situam-se, então, como o principal elemento para estudar, com coerência, o

início da História do Brasil. Aponta a discrepância entre os dois mundos, pois, em geral, a economia dos índios não pode, em qualquer hipótese, comparar com a economia comum dos portugueses. Conclui, a partir dessa verificação, que não se pode julgar a sociedade indígena pelos valores atuais ou, mais especificamente, pelos parâmetros dos europeus. Em outras palavras,

Quando a gente considera que os valores de nossa cultura, nossa sociedade, nossa civilização são a verdade absoluta e que todas as outras diferentes são inferiores, bárbaras, atrasadas, estamos cometendo um grave erro e uma tremenda injustiça. É o que os antropólogos chama de etnocentrismo. Veja: o que é mais saborosa, a culinária francesa ou a italiana? Se você é francês, desde pequeno vai aprendendo que aquilo é modelo de comida gostosa. O mesmo acontece com os italianos, alemães, chineses e todos os povos. Cada povo, então, desenvolve um tipo de paladar. Não há nenhum superior eles apenas são diferentes. A grandeza está sem respeitar e apreciar as diferenças: elas são patrimônio da humanidade (...) um sujeito não é etnocêntrico se não gostar de comida italiana ou alemã (...). Mas ele será etnocêntrico se achar que a comida italiana ou a alemã são absolutamente inferiores. (SCHMIDT, 2005, p. 152-153)

Desse modo, durante a apresentação do conteúdo, o autor insiste, em todos os momentos, para o fato dos portugueses não somente aculturaram os índios, mas que tiveram, primeiramente, de aprender com eles – como, por exemplo, a caçar e a fornecerem informações de regiões propícias a plantação e, mais tardiamente, a localização dos metais preciosos. Do mesmo modo, sublinha que, nos dias atuais, a cultura brasileira

é permeada pelos ensinamentos dos índios que, com efeito, vai da apreciação de novos alimentos a nome de cidades.

No capítulo *Colonização das Américas* Schmidt (2005) analisa, com detalhes, o conceito de colônia com base no seguinte questionamento: *por que ficamos tão diferentes?* O objetivo do capítulo, nesse sentido, é trabalhar com os diferentes modelos de colonização – e, portanto, não estudá-los separadamente e inferir generalizações – mas priorizando, como procedimento de análise, o diferente – resumidamente, o autor utiliza da comparação como meio de refletir a diferença entre os processos de colonização e os seus resultados. De início, demonstra que é consenso estudar a colonização do Brasil e, de súbito, reconhecer – muita passivamente e acriticamente – o sucesso da colonização realizada pela Inglaterra em países considerados, atualmente, como de Primeiro Mundo – é, por exemplo, o caso dos Estados Unidos e o Canadá. O autor afirma, a partir de reflexões contundentes (como a constatação que: se tivéssemos sido colonizados pela Inglaterra, o Brasil seria um país de Primeiro Mundo?), que devemos, ao estudar o passado, não hierarquizar os povos em mais inteligentes ou mais trabalhadores (no caso, o modelo colonial das regiões anglo-saxões) do que os outros. Para tanto, refuta a dicotomia entre às colônias de povoamento e as colônias de exploração, ou seja,

Neste livro, nós não utilizaremos esses conceitos. Porque eles dão margem a muitas simplificações e confusões. Por exemplo, há houve quem dissesse que os ingleses fora para a América povoar, levaram o progresso, enquanto os portugueses vieram para cá apenas para explorar e depois voltaram ricos para Lisboa. Chega a ser engraçado que tantos

brasileiros possam acreditar nisso. Pense um pouco, amigo leitor, você já estudou alguma vez a respeito do enorme fluxo de pessoas que veio para o Brasil e depois retornou para Portugal ? Claro que não. E sabe o motivo ? Simplesmente porque a maioria dos portugueses que vieram para o Brasil durante a colonização vieram para ficar. Morreram aqui mesmo e os filhos e netos também. (SCHMIDT, 2005, p. 176)

No entanto, embora o autor não considere válido ou, talvez, uma falsa questão a diferenciação ente colônia de povoamento e exploração, acrescenta, nesse ponto, que o mercantilismo foi uma peça fundamental – ou, de certo modo, a principal motivação – para a chamada *colonização mercantilista/expansão ultramarina*. Assim, a conquista de novas terras representou/serviu, basicamente, como uma oportunidade de alargar as fronteiras e extrair, das Colônias, os metais preciosos e matérias primas. Em outras palavras “(...) valia a regra mercantilista do monopólio colonial: a colônia só podia comerciar com a metrópole. Portugal (a metrópole) revendia esse açúcar para outros países da Europa (...). (SCHMIDT, 2005, p. 176-177)”. Nessa linha de pensamento, as colônias atendiam, em absoluto, os interesses da metrópole – como, por exemplo, o fornecimento de ouro e prata; produziam gêneros que a metrópole vendia para outros países; as colônias eram um mercado consumidor garantido para a metrópole; os habitantes das colônias tinham que pagar impostos para a metrópole, entre outros aspectos.

Além disso, o autor apresentar às características das colônias na América evocando – além da estrutura administrativa e as formas de plantação que variavam de monocultura e

policultura até a forma de trabalho (livre ou escravo) – como maior exemplo, o desenvolvimento da pequena propriedade familiar nas Treze Colônias e, em contraposição, o latifúndio no Brasil. Por conseguinte, indaga, uma vez mais, a razão da prosperidade nas Treze Colônias que não pertenciam somente a poucas pessoas e, com isso, o nascimento (ou, talvez, a probabilidade) de uma sociedade com desigualdades sociais estaria, então, no Brasil. Entretanto, o grande mérito da análise de Schmidt consiste, antes, no chamado *interesses internos*³.

Nesse sentido, Schmidt (2005) infere-se que, para o caso do sistema colonial, é marcando, durante sua existência, por uma flexibilidade, isto é,

Devemos tomar cuidado com os esquemas rígidos. Vimos por meio do monopólio colonial, a metrópole regulamentava a economia colonial. E vimos também que os principais interessados no desenvolvimento da colônia eram os próprios colonos, especialmente a elite colonial (latifundiários, grandes comerciantes). Nesse sentido, a economia colonial existia por conta própria, embora subordinada aos regulamentos mercantilistas. Entretanto, as regras do exclusivo colonial não eram seguidas

rigidamente. Havia flexibilidade para furar o pacto colonial. No Brasil e na América Espanhola, os comerciantes não compravam apenas dos produtos da metrópole (...). Às vezes, os mercadores da colônia tinham autorização para comerciar com outras regiões (...). As Treze Colônias ganharam uma liberdade econômica que não era imaginada no Caribe nem na América Latina. Para começar, a liberdade de comércio. Quase não havia monopólio comercial (...). Os habitantes das Trezes Colônias podiam até mesmo influenciar o governo colonial! Esse era o chamado autogoverno: os colonos mais destacados tinham o direito de eleger uma assembleia de homens notáveis (...). (SCHMIDT, 2005, p. 176)

Nas atividades propostas para o Brasil Colônia (todas dissertativo-argumentativas), o autor cita um pequeno excerto da obra do historiador brasileiro Leandro Karnal (1990) no livro *Estados Unidos: da colônia à independência*, em que problematiza, assertivamente, a verdade didática que descreve a existência de colônias de povoamento e exploração. A tese defendida pelo autor baseia-se, ademais, na constatação que a colonização ibérica foi, sem dúvida, mais organizada e metódica que a colonização anglo-saxônica. A idéia de projeto colonial, enquanto tal, só parece definitivamente na América portuguesa e espanhola. Nessas regiões houve, portanto, uma preocupação latente de resolver e ampliar – através de agentes de colonização – o campo de atuação da Coroa. Desse modo, conclui-se que a partir de quadros conceituais do mercantilismo, a pequena propriedade familiar, o latifúndio, os interesses internos, trabalho nos Trezes Colônias e, acima de tudo, a flexibilidade colonial, o autor Schmidt (2005) estrutura – embora

³Segundo o autor, ao estudo o período colonial deve atentar, simultaneamente, para dois pontos: as colônias na América foram criadas para fornecer, quando possível, produtos para metrópole e exerceu um forte controle sob a égide do mercantilismo (por exemplo, criação de leis, impostos e a nomeação de autoridades reinóis), mas, igualmente, deve-se considerar o nascimento de uma *elite colonial* que conquistou riquezas e poder. Em outras palavras, o respectivo autor, assinala, de maneira categórica, que a colonização foi construída, na verdade, não pela metrópole, mas, sobretudo, pelos colonos. Ou seja, a colônia não era um apêndice da metrópole agindo conforme as ordens e ditames da Coroa portuguesa.

paradoxal em alguns pontos e, de outro lado, a refutação de ideias clássicas do sistema colonial – a apresentação do conteúdo referente ao Brasil Colonial. Percebe-se, então, que o objetivo do respectivo autor ou o ponto nodal foi introduzir, numa perspectiva macro e micro, o processo de colonização no Brasil e os agentes envolvidos, especialmente, os índios e escravos – e, além disso, a chamada elite colonial que dinamizaram a economia interna⁴.

Constata-se que os livros didáticos, em consonância parcial com o desenvolvimento das reflexões historiográficas do Brasil Colonial, apresentam, de fato, problemas na análise, mas, por outro lado, têm privilegiado novos setores desse período. Em termos gerais, é possível perceber, notoriamente, que duas linhas interpretativas atravessam os dois livros didáticos e refletem, em última instância, dois vieses historiográficos: primeiramente, a interpretação que apresenta uma concepção metropolitana da colônia e sua importância vinculada diretamente à exportação (é, em síntese,

⁴ Atualmente, a historiografia brasileira (e, igualmente, portuguesa) vem demonstrando nos últimos estudos voltados para o Brasil Colonial, que, esquivando-se de uma visão simplista de sociedade fundamentada no comércio e escravismo, acrescentou, *grosso modo*, que no Brasil estabeleceram-se, naquela época, práticas administrativas e sociais além do previsto pela coroa portuguesa. Ademais, se no de bate historiográfico do Brasil Colônia, surgiram obras que de certa forma elaboraram uma dicotomização entre a relação Brasil e Portugal (com frequência, Portugal era tido como a metrópole desenvolvida em discrepância do Brasil colônia dependente em todos os sentidos)⁴; por outro lado, e mais atualmente, os historiados⁴ que estudam com afincos e profundidade o período colonial, demonstram que nos domínios ultramarinos desenvolveram, por sua vez, práticas administrativas complexas e, nem sempre a estrutura social aqui implantada seguiu, conforme a tradição portuguesa, as mesmas formas.

o sentido da colonização)⁵. Segundamente, uma interpretação que busca compreender, de maneira mais elementar, o Brasil colonial a partir de sua dinâmica interna.

Considerações finais

Com o estudo do termo colônia e a representação desse período nos livros didáticos, deparamo-nos, conseqüentemente, com limitações e problemas de interpretação. Entretanto, com o avanço e o alargamento do campo da história nas últimas décadas, o ensino de História do Brasil Colonial, por sua vez, tem seguido, gradualmente, um novo enfoque analítico nas abordagens. Conforme aponta Souza e Pires (2010) “(...) pois tanto a disciplina História na sala de aula, quanto seu conhecimento acadêmico amadureceram de forma considerável no País. (SOUZA & PIRES, 2010, p. 14). O historiador

⁵ Desse modo, as abordagens centram-se, sem dúvida, a partir de parâmetros externos, ou, dito de outra forma, uma *visão externalista da sociedade colonial*. Por outro lado, a partir da década de 70 (e o segundo livro didático é o resultado da incorporação desses postulados interpretativos) têm buscado desconsiderar, como procedimento de análise, os fatores externos e propõem estudar esse período a partir de determinações internas. Ciro Flamarion Cardoso foi, em geral, o primeiro historiador a propor, com efeito, a perspectiva de estudar as sociedades coloniais priorizando, então, suas especificidades. Jacob Gorender, por sua vez, ao se basear em Cardoso desenvolve o conceito de sistema escravista colonial – embora esses autores apresentem, ademais, uma necessidade de estudar o Brasil Colonial numa visão interna, encontram-se, no bojo de cada interpretação, os pressupostos de antigos historiadores, como Novais, Celso Furtado e Caio Prado Júnior. O historiador João Luis Fragoso – ao lado de outros, como, por exemplo, Maria Fernando Bicalho e Fátima Gouvêa – explicam a sociedade colonial a partir de sua lógica interna. Para isso, o respectivo autor, fundamenta suas pesquisas para o Vale do Paraíba Fluminense e aponta para o surgimento de elites locais.

alemão Koselleck (2006) já assinalou, a partir das categorias de *espaço de experiência e horizonte de expectativa*, que cada Presente tem a finalidade, de não apenas reconstruir o passado a partir dos questionamentos do hoje, mas, do mesmo modo, que cada Presente ressignifica o seu passado e o futuro. Portanto, se o Presente tem a capacidade de ressignificar, em cada período (hoje ou amanhã) a relação entre as temporalidades, compreende-se, por isso, que cada Presente formulará, sob condições diferentes, um outro passado (ou, talvez, outro futuro). A verdade histórica, então, do Passado não é, em rigor, superior à de outro Passado. No entanto, o Presente que consegue um maior diálogo com a contribuição do Passado, por conseguinte, terá, sem dúvidas, uma maior potência de compreensão. Por fim “O essencial, porém, não é sonharmos agora com um prestígio passado ou futuro, mas sabermos fazer a histórica de o que presente tem necessidade “. (LE GOFF & NORA, 1988, p.15)”.

Referências

Livros didáticos:

COTRIM, Gilberto. **História para ensino médio**. São Paulo: Saraiva, 2002.

SCHMIDT, MarioFurley. **Nova histórica crítica: ensino médio**. São Paulo: Nova Geração, 2005.

Bibliografia geral:

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. São Paulo: EDEUSC, 2002.

GIRON, Loraine Slomp. BERGAMASCH, Heloisa Eberle. **Colônia: um conceito controverso**. Caxias do Sul: EDUCS, 1996

FRAGOSO, João. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda. GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs). **O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica Imperial portuguesa (XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

HESPAÑA, Antonio Manuel. **As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal século XVII**. Coimbra, Almedina, 1994.

KARNAL, Leandro. Estados Unidos: da colônia à independência. São Paulo: Contexto, 1990.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado-Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LE GOFF, Jacques. NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: F. Alvez, 1988.

MARROU, H.I. **Do conhecimento histórico**. Lisboa: Editoria Aster, 1975.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitee, 1979.

PADRO, Caio Júnior. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOUZA, Renato João. PIRES, João Ricardo Ferreira. Os desafios do ensino de História do Brasil. **Revista Professores em Formação. ISEC/ISED**, nº1, 2º semestre, 2012. Disponível em:

<http://www.funedi.edu.br/revista/files/edicoesanteriores/numero1/Osdesafiosdoensinodohistorianobrasil.pdf>. Acesso em: 02/10/2013.

Recebido em 2013-12-20

Publicado em 2014-06-13